

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 3/2014

Sessão Extraordinária realizada em 2014/04/25

1. 47
FEB

----- Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e catorze, pelas quinze horas, no Auditório da Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes, em Abrantes reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Abrantes, presidida por Nelson Augusto Marques de Carvalho, secretariado pelas Deputadas Municipais Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana, em substituição do Primeiro Secretário e Maria de Fátima Vicente Ferreira Chambel, em substituição da Segunda Secretária. --

Assiduidade – (doc. 1) -----

----- Após um breve momento musical com Carlos Alberto Moniz, que teve de ser antecipado por motivos de reorganização programática das atividades previstas para a comemoração deste dia, iniciaram-se os trabalhos com as intervenções de: -----

- Senhora Presidente da Câmara Municipal de Abrantes; (doc.2) -----

Senhores Deputados Municipais: -----

- José Vasco Matafome (CDS-PP); -----

- Armindo Rodrigues Silveira (BE); (doc. 3) -----

- Luís Miguel Pires Lourenço (CDU); (doc. 4) -----

- Ana Margarida Almeida Pinho Neno Togtema (PSD); (doc. 5) -----

- António Lucas Gomes Mor (PS); (doc. 6) -----

e, do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Abrantes. (doc. 7) -----

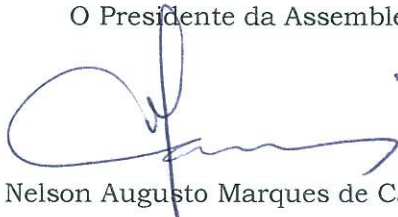
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 3/2014

Sessão Extraordinária realizada em 2014/04/25

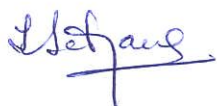
----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a participação de todos dando por encerrados os trabalhos, pelas dezoito horas e trinta minutos. -----

O Presidente da Assembleia



Nelson Augusto Marques de Carvalho

A 1ª. Secretária



Isilda Manuela Gomes Santos Alves Jana

A 2ª. Secretária



Maria de Fátima Vicente Ferreira Chambel

(doc.1)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

(Assiduidade)

ÓRGÃOS	ORDEM	PARTIDO	ELEITOS	Sessão Extraordinária 25 de abril de 2014	Presença	Falta	Situação
CÂMARA MUNICIPAL	1	PS	Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque		✓		
	2		Manuel Jorge Séneca Luz Valamatós Reis		✓		
	4		Celeste Maria Ferreira Riachos Simão		✓		
	6		João Carlos Caseiro Gomes		✓		
	7		Luís Filipe Correia Dias		✓		
	3	PSD	Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório		✓		
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	5	CDU	Avelino Manuel Conceição Manana		✓		
	1	PS	Nelson Augusto Marques de Carvalho		✓		
	2		Manuel Duarte dos Santos			F	Justificada
	4		Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana		✓		
	6		António Lucas Gomes Mor		✓		
	8		Francisco José Vilela Mendes		✓		
	9		Maria de Fátima Vicente Ferreira Chambel		✓		
	12		António Manuel Godinho Paulo		✓		
	15		Jorge do Carmo Beirão		✓		
	16		Maria da Piedade Dias Fernandes Pinto		✓		
	19		Ricardo Filipe dos Santos Aparício		✓		
	20		Alfredo Moreira dos Santos			F	Justificada
	3	PSD	Ana Margarida Almeida Pinho Neno Togtema		✓		
	7		Ana Maria Ruiz Filipe Rico		✓		
	14		Diogo João Ferreira Valentim		✓		
	17		José Miguel Antunes Martins Vitorino		✓		
	21		Ana Margarida Paredes Mendes		✓		
	5	CDU	Elsa Cristina Guerreiro Lopes (substituição)			S	
	11		Luis Miguel Pires Lourenço		✓		
	18		José Augusto das Neves Dias		✓		
	Lista		Ana Paula de Amaral e Rodrigues do Carmo (substituta)		✓		
	10	BE	Sara Raquel Mendes Cura (substituição)			S	
	Lista		Armindo Rodrigues Silveira (substituto)		✓		
	13	CDS-PP	José Vasco de Lacerda Ruivo Matafome		✓		
JUNTAS DE FREGUESIA	PS	PS	Manuel João Salvador Alves	JF Bemposta	✓		
			Luís Serras Vermelho	JF Carvalhal	✓		
			Sónia Cristina Brunheta Campos Alagoa	JF Fontes	✓		
			Maria Teresinha C. Garcia Barreiro	JF Martinchel	✓		
			Maria Florinda Fontinha Sousa Salgueiro	JF Pego	✓		
			Vitor Hugo Braz Vicente Cardoso	JF Tramagal	✓		
			Bruno Jorge Vicente Tomás	UF Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	✓		
			José Manuel Rodrigues Felício	UF Alvega e Concavada	✓		
			António Martins Campos	UF São Facundo e Vale das Mós	✓		
			Luís Teixeira Alves	UF São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	✓		
	PSD	PSD	Rui Manuel Vasco André	JF Rio de Moinhos	✓		
			Álvaro Manuel Paulino	UF Aldeia do Mato e Souto	✓		
	CDU	CDU	M. Teresa M.S. Dinis / Fernando Alberto Loureiro Marques	JF Mouriscas	✓		

Presidente da Assembleia Municipal

Deputados municipais

Vereadores

Presidentes de Junta de Freguesia

Diretor do agrupamento escolas nº 2

Convidados

Abrantinos e Abrantinas

(doc.2)

Celebramos a revolução de Abril. 40 Anos volvidos, prestamos homenagem aos homens e mulheres que construíram o 25 de Abril de 74.

Queremos ***“falar desse dia como um projeto de esperança, não vindo do passado, mas como um projeto de futuro”*** como diz Lúcia Jorge no romance "Os Memoráveis".

Antes, Portugal era um país que vivia resignado. Sozinho. “Orgulhosamente só”. Onde as desigualdades eram brutais:

A saúde, a educação, a cultura. Não chegavam a todos.

O que mudou em Portugal com Abril e os rapazes dos tanques?

Fundámos a democracia. Passámos a fazer escolhas em liberdade.

No 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista. Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa. Lê-se no preâmbulo da sétima revisão da Constituição da República Portuguesa de 2005.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito pela vontade do povo, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno. Lê-se ainda naquela que é a lei fundamental do país, onde estão consagrados os direitos fundamentais dos cidadãos, os princípios essenciais por que se rege o Estado português e as orientações políticas a que os seus órgãos tem que obedecer, estabelecendo as regras de organização do poder político.

Na aplicação da Constituição da República Portuguesa, investimos num Estado Social solidário. Quisemos esbater as desigualdades:

1. Criámos o Sistema Nacional de Saúde. *“O SNS deu um contributo inestimável para a dignidade dos cidadãos, para o bem-estar social, a coesão social, a justiça social”*. Afirma António Arnaut, o “pai” do SNS. Os dados são indesmentíveis. Dois exemplos: a mortalidade infantil e a esperança média de vida.

Em 1960 a taxa de mortalidade infantil era de 77,5 por mil. Em 2012 era de 3,4. Abaixo da média da Europa (3,9).

Quanto à esperança média de vida, em 1970 era de 67,1 anos. Passados 40 anos é de 79,8.

2. Aumentámos a escolaridade obrigatória. A minha mãe com 75 anos, fez a 3ª classe. Era o obrigatório. E o meu pai, por ser homem, pode fazer até à 4ª classe. Eu com 43 anos, tive o 9º ano como escolaridade obrigatória e pude licenciar-me. As minhas filhas, ambas no secundário, tem como escolaridade obrigatória o 12ºano.
3. Desenvolvemos um importante instrumento de política pública para enfrentar a exclusão social, a desigualdade e a pobreza - a Proteção social: proteção na doença, na deficiência, no desemprego, ou a aposentação. São conquistas de Abril.
4. Apostámos na ciência e tecnologia como alicerce para o crescimento e desenvolvimento do país. *"Ainda não atingimos valores da média europeia, mas poucas coisas subiram tanto em Portugal em tão pouco tempo"*, afirma o professor Carlos Fiolhais.
O investimento em investigação e desenvolvimento (I&D) cresceu de 0,3% no ano de 1982 para 1,5% em 2012. Dois indicadores indelévels sobre os resultados do sucesso desse investimento em ciência são o número anual de novos doutorados formados e o número de novas publicações científicas. Em 1982 obtiveram o diploma de doutor 230 pessoas, mas em 2012 já foram 2209, quase dez vezes mais. O número de publicações científicas em revistas, que foi de 3,9 por cem mil habitantes no ano de 1982 passou para 156,7 por cem mil habitantes em 2012, cerca de 40 vezes mais.
5. Tanto que mudou nos direitos laborais: consagração do salário mínimo, subsídio de férias e de natal, o direito à greve, regulamentação da atividade sindical, subsídio de desemprego, regulamentação do número de horas de trabalho e do período de férias, a licença de maternidade e parentalidade, mais recentemente, são exemplos das conquistas de Abril nesta matéria.
6. Infraestruturámos o país. Criámos as infraestruturas básicas para aumentar a qualidade de vida dos nossos cidadãos: água, eletricidade, tratamento águas residuais, rede viária, equipamentos escolares, desportivos e culturais.
7. Criámos os partidos políticos como organizações da expressão da vontade popular, participantes nos órgãos representativos e influentes na formação dos governos, num exercício de cidadania respeitando a pluralidade e a liberdade de cada um. Criámos um no "Espaço público" de debate político, democrático e livre. Onde cada um é responsável pelo seu próprio futuro e não tem medo de proferir a sua opinião.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e as liberdades fundamentais.

40 Anos passados muito é o que deixámos por fazer. Um exemplo: consagra a Constituição da República a criação de regiões administrativas, importante instrumento de reforço da democracia participada. Criaram-se as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, mas no Continente nada foi feito. Deixámos por fazer.

Cumprimos Abril. Apesar do que falta fazer. Portugal está melhor. Os Portugueses, os abrantinos, vivem melhor do que há 40 anos.

E agora? "Entre um mundo que morre e um mundo que nasce, insere-se sempre um espaço vazio. É Um tempo, tûmulo e berço", cito historiador Raynolds. Acrescento eu: que precisamos ocupar, sob pena de voltarmos irremediavelmente ao passado.

Se antes resistimos a uma ditadura política, hoje resistimos a uma nova ditadura. A ditadura da austeridade, diz-nos Manuel Alegre.

Hoje assistimos à instalação de um novo ciclo de empobrecimento.

Todos os dias são pedidos mais sacrifícios aos portugueses e às portuguesas.

A esperança esbate-se num sentimento comum de que não há futuro.

Vemos partir a geração mais bem preparada de sempre e nada está a ser feito ou preparado para os trazer de volta.

O desemprego é avassalador. Se é preocupante o desemprego jovem é particularmente alarmante o desemprego da geração que agora tem 50 anos. Aqueles que dificilmente conseguem novo emprego, nomeadamente se não forem qualificados.

A taxa de natalidade diminui dramaticamente. 12% no ano passado. E o que vemos é um desinvestimento nas políticas de apoio às famílias: mais horas de trabalho, menos rendimento disponível, agravamento da carga fiscal. Veja-se que os casais, que por declararem conjuntamente, pagam mais impostos que as duas pessoas individualmente.

As famílias tendem a não ter condições para honrar os seus compromissos. As consequências são incomensuráveis. O abandono escolar, seja ao nível da escolaridade obrigatória seja ao nível do ensino superior, desfaz completamente a trajetória positiva que Portugal vinha construindo relativamente a estes objetivos. Os números, mesmo que não oficiais, que vamos conhecendo sobre as propinas em atraso e o abandono das universidades e politécnicos remetem-nos de novo ao fundo da tabela dos países da Europa.

Assistimos a um acelerada degradação das condições de vida.

Somos acusados de viver acima das nossas possibilidades. Os cidadãos, as empresas, as instituições. Mas esquecem-se, de forma inocente ou não, a tendência para o bode expiatório, de esclarecer como é que as decisões nacionais empurraram o país para a situação. A obrigação de comprar casa em detrimento de uma política de arrendamento. Para ser exemplo de um dos direitos consagrados na Constituição, no seu artigo 65.

Assistimos ao desmantelamento do Estado Social. O Estado Social que é posto em causa e que parece o "mal de todos os pecados". O Estado Social que se quer reformar à força. Sem o objetivo de ser mais eficiente ou estar mais próximo dos cidadãos. Mas porque sim. Em nome da diminuição do défice. Em nome de uma ideologia. A coberto da desculpa "está inscrito no Memorando de entendimento com a TROIKA".

"O Estado social discute-se porque é a parte do Estado que tem mais a ver com as pessoas que são velhas, reformadas, desempregadas, estão doentes, estão sós, têm incapacidades, pessoas que não têm voz, não têm 'lobbies', não abrem telejornais, não têm escritórios de advogados, não têm banqueiros. A vulnerabilidade destas pessoas é que faz com que seja relativamente fácil discutir esta reforma, que está a ser conduzida de uma forma estúpida porque é colocada como se fosse uma questão de estar a favor ou contra essa reforma do Estado social, quando infelizmente o filme não é a preto e branco, mas tem coloridos", afirma Bagão Félix.

"Custa-me ver a discussão sobre a sustentabilidade do Estado social, quando não vejo ser discutida a sustentabilidade das outras funções do Estado", afirma ainda.

Desigualdade na distribuição dos recursos agrava o conflito social. "Sem Igualdade não há liberdade" (Jorge Sampaio na Conferência 25 Abril)

Se com Abril criámos condições para pertencer à Europa, hoje assistimos ao desmantelamento da Europa. A separação da Europa dos países ricos e a Europa dos países periféricos. Da solidariedade entre os países, valor genético da criação da União Europeia, emerge o egoísmo dos países mais ricos e empobrecimento dos países com mais dificuldades. E nós? Nós somos incapazes de defender Portugal e os Portugueses.

Os cidadãos descreem na política e nos políticos. Fala-se de crise na democracia. Numa sondagem publicada nos últimos dias, vemos que 83 % dos portugueses não está satisfeito com o funcionamento do sistema democrático. Mas podemos senti-lo na prática. Quando vemos o nível de abstenção registados em atos eleitorais, pese embora os mesmos inquiridos achem que o direito ao voto foi uma das mudanças mais significativas de Abril.

Vemos surgir um fortalecimento de extremismos, como acontece na Europa, enquanto reação à insensibilidade social dos *"Governantes criados em estufa"*, acusa Pacheco Pereira.

Crescemos pouco em cultura política democrática.

Assistimos à diabolização da política e dos políticos. Fala-se já na criação de novos partidos (Freitas do Amaral)

O espaço público de debate e confronto de ideias, a pluralidade e diversidade é neste momento substituído por consensos. Veja-se o Manifesto assinado por 70 personalidades de todos os quadrantes políticos da nossa sociedade na defesa da reestruturação da dívida pública.

Veja-se o que hoje aconteceu na Assembleia da República e o que aconteceu no Largo do Carmo. E retirem-se as ilações devidas.

Demos atenção às declarações de Ramalho Eanes acerca da sua participação nessas cerimónias:
"Vim por obrigação institucional"

"A crise não pode ser pretexto para voltarmos ao passado" como dizia Sophia Mello Breyner.

Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo

Precisamos construir com os portugueses um novo contrato social. Um compromisso para aumentar a qualidade de vida das pessoas. Para criar riqueza. Para estimular a participação dos portugueses na construção do nosso futuro individual e coletivo.

Novos instrumentos têm que ser desenvolvidos. O orçamento participativo, o voluntariado assumem papel importante na construção de uma sociedade mais participativa.

O Estado que não nos abandone. Que não se remeta apenas às funções de soberania, mas que se desenvolva nas questões sociais. Na educação, na justiça, na saúde.

Que possamos cumprir Abril e a Constituição dando início à Regionalização. Queremos um estado menos centralista e mais próximo das pessoas.

Estamos recetivos de novas atribuições e competências para podermos ser parte de uma descentralização que sirva os Abrantinos e as Abrantinas. Em matérias tão importantes para o nosso desenvolvimento e qualidade de vida, como seja a educação ou a saúde.

Mas precisamos de uma Europa mais forte e mais unida. Mais solidária onde se esbatam os egoísmos nacionais. Onde todos os países tenham espaço de desenvolvimento e crescimento.

Cito Lília Jorge

"...é necessário que, adaptado aos tempos de hoje, aquilo que foi a esperança do 25 de Abril de 1974 se mantenha e que aconteça um rasgão contra o medo na consciência de cada um. É possível que os jovens percebam que é preciso hoje uma coragem muito forte para rasgar com o medo, o epicentro da causa do medo e do totalitarismo que se pode adivinhar não está explícito, tem delegados, mas não tem uma sede concreta. É preciso um engenho diferente e uma ação diferente daquela que aconteceu no 25 de Abril, a coragem tem de ser a mesma, mas os modos outros, a coragem para enfrentar o desconhecido e a invenção têm de outra vez surgir"

Porque a melhor homenagem que podemos prestar às conquistas de Abril, é continuarmos a lutar por elas.

*Reparem nos jornais desta manhã
Chegaram sem mágoa e sem lamento
Parecem pombas brancas que poisaram em paz, sobre a palavra sofrimento*

*Reparem que os jornais desta manhã
Voaram para as mãos de toda a gente
e que de todas as notícias a mais quente é esta manhã assim, sem jornais com um toque de mim*

*Reparem que ninguém matou ninguém
E a terra em sossego não tremeu
A árvore que inocente não ardeu
E alguém amou alguém gratuitamente*

*Reparem que ninguém morreu de fome
E a água do mar estava pura
Uma criança anónima sem nome
E mais uma doença que finalmente teve cura*

*Hoje o mundo amanheceu
Sem se matar primeiro*

Jornais da Manhã- Rita Olivais

Vivam os portugueses e as portuguesas

Viva Portugal

Viva o 25 de Abril.

Maria do Céu Albuquerque



(doc. 3)
47

Sessão extraordinária Assembleia Municipal de Abrantes-25 de Abril de 2014

Comemoração dos 40 anos do 25 de Abril

Passados 40 anos da Revolução de Abril, olhamos à nossa volta e sentimo-nos impotentes perante as múltiplas mudanças em sentido contrário à data que hoje celebramos.

Os processos e a implementação de certas políticas já “amadureceram” o suficiente permitindo-nos analisar com lucidez os resultados. **Revelam-se partidos, caras e nomes dos que executaram as políticas que já nos retiraram muitas das conquistas de Abril.** A bibliografia é vasta....

O livro, **“Os Donos de Portugal”**, retrata o percurso de mais de cem governantes que, desde 1975 até 2010, desempenharam ou desempenham funções relevantes em grandes empresas. Centenas de figuras ficaram de fora pois este é um grupo restrito que abrange apenas ministros e secretários de Estado de sectores estratégicos tais como finanças, economia e obras públicas. **Abundam dirigentes de primeiro plano, parlamentares ou autarcas do PS, PSD e CDS.**

Esta é apenas uma ponta do véu que esconde a promiscuidade entre a política e os negócios envolvendo figuras dos denominados partidos do “arco do poder”. **Talvez, assim, se justifique que PS, PSD e CDS tenham chumbado, já neste mês de Abril, uma proposta do Bloco de Esquerda que propunha o regime de exclusividade para os deputados na Assembleia da Republica.**

“Quem paga o Estado Social em Portugal” prova com números e factos que os trabalhadores portugueses contribuem para o Estado Social com o necessário para pagar a sua saúde, a educação, o bem-estar e as infra-estruturas. **Diariamente, uma cáfila de comentadores políticos e outros assalariados mentem, vergonhosamente, todos os dias, na comunicação social e em outros palcos, propagando que o Estado Social não é sustentável.**

“A Crise, a Troika e as Alternativas Urgentes” reconstrói um percurso com início nos anos 1990. O governo de então, do PSD, chefiado por Cavaco Silva, iniciou um processo de privatizações de quase todas as empresas financeiras e não financeiras do Estado. **Esta estratégia, reforçada por uma onda de liberalizações e desregulamentação, por continuas privatizações, contractos ruinosos, obras fantasmas, estradas sem fim, subsídios milagrosos, foi prosseguida pelos Governos, tanto de PS, como de PSD/CDS, o que se revelou altamente lesivo para os interesses nacionais, culminando com a entrada da Troika em Portugal em 2011.**

Desde então, intensificaram-se os ataques aos direitos e liberdades a toque de uma malograda Troika que nos mantém agrilhoados a uma maioria política medíocre com uma vontade que é fraca com os fortes e forte com os fracos.

Tudo se vai perdendo em nome da austeridade. Apresentada como a única alternativa para a superação de um país em dificuldades, os seus resultados estão à vista de todos e de todas...afinal, **o país está melhor.... os portugueses e portuguesas é que não!**

De que é feito um país, senão das suas gentes? Que sentido tem a governação se não for feita para o povo?



5
[Handwritten signature]

No plano económico e social, a austeridade é a linha condutora num processo de transformação política que ameaça tornar-se permanente: depois da ditadura da **Troika**, segue-se a ditadura do **Tratado Orçamental Europeu**, tratado este, que nunca foi discutido, nem referendado pelo povo português.

Um povo iludido com sucessivas mentiras... Um povo chocado com a insensibilidade de um governo e de um quase invisível Presidente da República.

“Tudo somado, o que irei receber do fundo de pensões (...) quase de certeza que não dá para pagar as minhas despesas” – **lamentou-se Cavaco Silva dos parcos 11 mil e tal euros que já aufere.**

“Eu já ouvi o primeiro-ministro [José Sócrates] dizer que o PSD quer acabar com muitas coisas... também com o 13º mês... Mas nós nunca falámos disso. Isso é um disparate”;

“**Não contarão [com o nosso apoio] para mais ataques à classe média em nome dos problemas externos.** Nós não olhamos para as classes de rendimentos a partir dos mil, mil e poucos euros, dizendo - **aqui estão os ricos de Portugal...agora paguem a crise!**».

“**Nós não podemos aumentar a receita aumentando mais impostos.** Porque cada vez que tivemos um problema de finanças públicas em Portugal nos últimos anos, a receita foi sempre a mesma. Foi pôr as famílias e as empresas a pagar mais impostos!”, - **refere Passos Coelho, escandalizado, em plena campanha de assalto ao poder nas Legislativas de 2011.**

A custo, disfarçamos um grito de revolta perante a mentira, a submissão, a hipocrisia, a corrupção e a manipulação generalizada.

Sim... são palavras fortes... mas mais fortes são os momentos em que nos sentimos enraivecidos e impotentes perante quem nos quer manipular contando com uma Comunicação Social dominada, manietada, submissa e incapaz de exercer com rigor o seu trabalho. **Até certas palavras já perderam o sentido e foram aprisionadas pelos sucessivos “vendilhões do templo”.**

O empobrecimento de largas franjas da população e a asfixia da democracia, é incompatível com o 25 de Abril e com as suas conquistas. A asfixia política, por via da mordaza imposta a todas as alternativas que recusem a ditadura da austeridade, ameaça a Liberdade.

Seja a nível nacional, regional ou local continuamos a presenciar um sinistro desfile de cargos, cunhas, nomeações, avenças e lugares em que as cores não se distinguem e os discursos soam iguais. Tudo vale, tudo é efémero, numa luta pela conquista, preservação, destruição e reconquista do poder dos homens sobre os homens. **Será que ainda podemos decidir a forma de sermos escravizados?**



Passados 40 anos da Revolução de Abril é urgente relembrar:

Os gritos dos prisioneiros que sucumbiram às mãos da PIDE;

O silêncio das almas dos militares que perderam a vida em Africa;

A angústia dos estropiados de guerra que em paz não estão em paz;

Os sonhos de famílias destruídas;

Os milhares de trabalhadores explorados por homens que deixaram descendentes;

As crianças, os adultos e os idosos que andavam descalços, rotos e famintos;

Os que emigraram sem o desejarem;

Os verdadeiros Militares de Abril;

O medo, o desespero e a angústia crescente escondidos em cada porta;

As famílias que antes do fim do mês já não têm que comer;

Os doentes que esperam horas ao frio e à chuva por uma consulta médica;

Os que se deslocam a expensas próprias a serviços públicos que outrora estavam próximos;

Os deficientes e muitos idosos que não são mais que um negócio;

O milhão e quatrocentos mil desempregados;

Os jovens sem futuro;

A proliferação de cantinas sociais;

E segue uma caravana engalanada por gritos de dor, sofrimento, miséria e destroços humanos;

Queremos ouvir e olhar nos olhos os envolvidos nos processos BPN; BCP; Face Oculta; Portucale; Monte Branco; Cova da Beira; Freeport; Correios de Coimbra; caso dos Submarinos; Swaps; PPP's e tantos outros;



Handwritten signature in blue ink.

**Queremos olhar nos olhos os que defendem que 485€ mensais são suficientes para sobreviver;
Está alguém nesta sala que se identifica?**

**Queremos olhar nos olhos quem aufere reformas milionárias com escassos anos de actividade.
Está alguém nesta sala que se identifica?**

40 Anos depois da Revolução dos Cravos, o país está a ser desmembrado e vendido perante a cumplicidade de todos nós.

Alguma vez pensámos quais as consequências de imputar uma dívida a um recém-nascido? Será este o mundo que lhe reservamos nós, aqueles que deveríamos garantir os valores de Abril?

Por isto tudo e muito mais, o Bloco de Esquerda, nunca se calará e lutará sempre e em qualquer circunstância pela justiça, pela equidade, pela igualdade e pela dignidade humana.

PELO BLOCO ESQUERDA, O 25 DE ABRIL NUNCA MORRERÁ!!!

VIVA O 25 DE ABRIL – 25 DE ABRIL SEMPRE

VIVA O 25 DE ABRIL – 25 DE ABRIL SEMPRE

VIVA O 25 DE ABRIL – 25 DE ABRIL SEMPRE

Armindo Silveira

A Revolução de Abril constituiu uma realização da vontade do povo português, uma afirmação de liberdade, de emancipação social e de independência nacional.

A Revolução de Abril, culminando uma prolongada e heroica luta antifascista, pôs fim:

A 48 anos de ditadura, à guerra colonial reconhecendo aos povos colonizados em luta o direito à independência;

Ao isolamento internacional de Portugal e realizou profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais que constituem componentes de um sistema e de um regime que abriram na vida do País a perspectiva de um novo período da história marcado pela liberdade e pelo progresso social.

A conquista e instauração das liberdades, dos direitos dos cidadãos e de um regime de democracia política foram inseparáveis da liquidação do poder económico e político dos grupos monopolistas e dos latifundiários, através das nacionalizações, do controlo operário e da Reforma Agrária e das outras transformações socioeconómicas indispensáveis ao desenvolvimento do País.

A classe operária, os trabalhadores, as massas populares e os militares progressistas – unidos na aliança Povo-MFA – desempenharam um papel fundamental em todas as conquistas democráticas, que foram depois consagradas na Constituição da República, aprovada em 2 de Abril de 1976.

Partido decisivo na luta pela conquista da liberdade e da democracia, o Partido Comunista Português (PCP), interveio em todo este processo como força política insubstituível e determinante. O seu papel na Revolução de Abril e na fundação do regime democrático inscreve-se como dos maiores feitos da sua história.

A Revolução de Abril mostrou conter em si a força e as potencialidades necessárias para empreender a eliminação de muitas das mais graves desigualdades, discriminações e injustiças sociais e para a construção de uma nova sociedade democrática.

A Revolução de Abril significou um extraordinário progresso da sociedade portuguesa. As suas grandes e históricas conquistas criaram condições para um dinâmico desenvolvimento económico, social, político e cultural conforme com a situação, os interesses, as necessidades e as aspirações do povo português, que caracterizaram no seu conjunto o regime democrático resultante da Revolução – uma democracia avançada rumo ao socialismo.

Para além do seu significado histórico no plano nacional, a Revolução de Abril constituiu um relevante acontecimento na história contemporânea, com importantes repercussões internacionais.

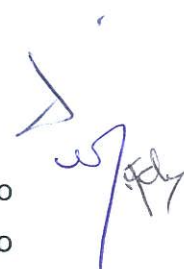
Apesar das suas aquisições históricas, muitas das suas principais conquistas foram, entretanto, destruídas. Outras, embora enfraquecidas e ameaçadas, continuam presentes na vida nacional. Todas são referências e constituem valores essenciais no presente e para o futuro democrático e independente de Portugal.

Os grandes Valores da Revolução de Abril criaram profundas raízes na sociedade portuguesa e projectam-se como realidades, necessidades objectivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal.

O 40º Aniversário da Revolução de Abril assinala-se num momento em que os trabalhadores e o povo português se confrontam com o aprofundamento da agressão aos seus direitos sociais, económicos e culturais, em consequência de políticas desastrosas, agravadas pelo pacto de agressão assinado pelas troikas estrangeira e portuguesa, que agredem a soberania e põe em risco a independência nacional.

No momento em que os trabalhadores e o povo português assinalam o 40º Aniversário da Revolução de Abril, a CDU reafirma o seu firme empenhamento e confiança que, com a força e determinação da luta dos trabalhadores e do povo,

com a acção convergente dos democratas e patriotas, é possível abrir caminho à construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda, na afirmação do projecto da Democracia Avançada, dos Valores de Abril no futuro de Portugal, tendo no horizonte o socialismo e o comunismo.



Viva o 25 de Abril

Abrantes 25 de Abril de 2014

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Abrantes

Assinalamos hoje 40 anos sobre aquela que ficaria conhecida como a Revolução dos Cravos. O 25 de Abril de 1974 foi, sem dúvida, um dos muitos marcos importantes da História de Portugal.

À semelhança de outros – cite-se, a título de exemplo, o 1º de Dezembro de 1640, que devolveu a independência a Portugal, depois de 60 anos de domínio espanhol, o 24 de Agosto de 1820 que marca o início da Revolução Liberal que pôs fim à desastrosa administração inglesa do País e que daria a Portugal a 1ª Constituição, dando início à Monarquia Constitucional, ou o 5 de Outubro de 1910 que determinou o fim da Monarquia e a instauração do Regime Republicano – à semelhança de outros, dizíamos, o 25 de Abril de 1974 assinala o desejo de mudança e assume-se como um novo sopro de esperança. Esperança num País melhor, num País onde Paz, Liberdade, Desenvolvimento e Bem-estar social se assumissem como pilares estruturantes na construção do futuro.

Enfim, foi uma manifestação do povo que, enquanto elemento fundamental do Estado e titular da sua soberania, quis, de forma expressa e inequívoca, assumir-se como legitimador do Poder Político.

A democracia portuguesa que aqui celebramos surge, então, como consequência dessa vontade popular e como conquista da Revolução de Abril.

A Democracia, que tem em Péricles o seu pai, e que foi ao longo dos séculos objecto de reflexão e teorização por parte de muitos outros autores, é, provavelmente, o mais exigente de todos os sistemas políticos, pois assente no princípio de que é ao povo, enquanto titular da soberania, que cabe escolher aqueles a quem entrega a gestão dos destinos colectivos, confere-lhe a enorme responsabilidade não só de escolher os seus representantes, aqueles que, em seu nome, vão exercer o poder, mas também a de vigiar, de forma atenta e crítica, a sua acção.

Mas a Democracia, enquanto sistema político, assenta num conjunto de pressupostos cuja verificação constitui condição *sine qua non* para a sua existência, manutenção e desenvolvimento:

- um Povo esclarecido, atento e crítico, capaz de intervir activamente, dando as respostas que a exigência da sua função requiere. Este pressuposto coloca a Educação no centro das preocupações. Formar o seu povo para o exercício

responsável da cidadania é, sem dúvida, um dos maiores desafios que se coloca ao Estado, enquanto forma mais importante de sociedade;

. o bem comum como norteador da acção política constitui outro pressuposto indispensável. Só um exercício do poder assente na defesa incondicional dos interesses colectivos poderá promover o desenvolvimento e garantir a Paz Social e a Segurança, dois importantes fins do Estado;

- a Liberdade e a Tolerância como valores fundamentais na regulação das relações e dinâmicas sociais. Só este pressuposto, assumindo-se como expressão do profundo respeito pelo Ser Humano, poderá conduzir à desejada igualdade “à chegada” e à realização da justiça, um outro fim do Estado;

- o rigor e a transparência na gestão e afectação dos recursos colectivos assume-se como outro pressuposto absolutamente fundamental. Só dessa forma estará garantida a promoção do bem comum, e estarão reunidas as condições para que o povo exerça a função de controlo que legitimamente lhe cabe. Para além disso, rigor e transparência são indispensáveis à certeza jurídica que o Direito, enquanto instrumento ao serviço dos fins do Estado, visa promover.

Não estavam todos estes pressupostos presentes no projecto democrático que o 25 de Abril queria para Portugal?

Por que chegou Portugal à situação em que se encontra actualmente? Por que é que expressões como “défice democrático”, “clientelismo”, “favorecimento”, “injustiça social”, “corrupção”, “abstenção” inundam o dia-a-dia dos portugueses e surgem, espontânea e dramaticamente, associadas à vida política em Portugal? Por que tivemos já 2 resgates financeiros em 40 anos de democracia? Por que é que Portugal, um dos Estados mais antigos da Europa, um País que deu novos mundos ao Mundo, um País que esteve entre os pioneiros em tantas medidas importantes, como a abolição da escravatura ou da pena de morte, como expressão do respeito pelo Ser Humano, e que por tudo isto granjeou o respeito e a admiração internacional, é hoje um País que, pelas suas práticas e modelos de conduta, é visto e referido como um País com profundas marcas 3º mundistas no exercício do poder?

O que é que correu mal? o que é que falhou?

É evidente que a situação em que o País se encontra não é fruto do acaso, mas sim o resultado de muitos erros que foram sendo cometidos ao longo destes 40 anos:

Desde logo, porque quiseram fazer crer que esta é a data mais importante de História de Portugal, um País que, como já tivemos oportunidade de referir, é um dos Estados mais antigos da Europa. Foi querer, de forma abusiva, apagar memórias determinantes e indispensáveis à existência da forte identidade colectiva que faz do Estado uma Nação. O ensino da História no pós 25 de Abril foi bem disso expressão, a par da destruição de inúmeros e importantes documentos e testemunhos do passado. Comprometer a identidade colectiva é comprometer o futuro. Tal como nos ensina a Psicologia, a resolução do problema não passa pela eliminação das memórias, mas sim pela capacidade de as transformar.

Depois a Educação, que, como vimos, é fundamental para o funcionamento saudável da Democracia, falhou amplamente. Para além de ter contribuído, intencionalmente, para fragilizar a tão importante identidade colectiva, o sistema educativo português, não tem sido capaz de dotar os seus cidadãos do conhecimento e da capacidade de reflexão e análise crítica indispensáveis a uma intervenção cívica activa e responsável. Em vez de se preocupar em formar os seus cidadãos, preocupou-se em formatá-los, pois a ausência de sentido crítico facilita a instalação e sobrevivência das más práticas governativas, sejam elas a que nível for.

Por outro lado, o Estado, no exercício do poder político, e através dos seus órgãos, sejam eles centrais ou locais, deixou de colocar o interesse público e a promoção do bem comum como orientadores da acção, passando a defender interesses privados e corporativos. A política, ao contrário de se constituir como acto altruísta ao serviço do bem comum é, na sociedade portuguesa actual, salvaguardando aqui raras excepções, um instrumento de promoção pessoal e de favorecimento de pequenos grupos.

Os partidos políticos, que pela pluralidade de caminhos e soluções que defendem relativamente à condução dos destinos colectivos, se constituem como garantes do sistema democrático (pois se não existirem várias alternativas não é possível ao cidadão escolher) tornaram-se organizações estranhas e com

pouca qualidade, onde dificilmente, nas suas práticas, é possível vislumbrar as ideologias e os princípios que lhes serviram de inspiração, espelhando também a impreparação dos que os integram.

Depois, apregoa-se a tolerância, mas têm-se repetido os métodos intolerantes que, por princípio, se queria eliminar. Enfim, combateu-se a intolerância com intolerância, combateram-se as injustiças com injustiças. E a liberdade, valor fundamental da democracia, constitui um grande desafio pela enorme responsabilidade que envolve. É que a liberdade tem limites, limites que derivam do respeito pelo outro e da consciência e livre aceitação de que a liberdade de cada um termina quando começa a liberdade do outro. A liberdade foi muito mal entendida, e rapidamente liberdade se confundiu com libertinagem, que é uma liberdade sem limites e, por isso, desrespeitadora do outro.

Foram nefastas as consequências deste entendimento errado da liberdade: o clientelismo e a corrupção instalados na sociedade portuguesa actual são bem disso um exemplo e são bem a expressão do total desrespeito pelo outro. Hoje, estamos a pagar o preço de uma série de actos praticados por gente sem escrúpulos, por gente que, centrada em si, nos seus interesses e nos interesses dos grupos a que pertence, não olha a meios para atingir os fins... mas, é claro....sempre em nome da democracia e do bem comum.

A Revolução do 25 de Abril de 1974 pôs fim a um regime que, com 48 anos de idade, estava podre e deu origem a um novo regime que, celebrando hoje 40 anos de existência – apenas menos 8 do que o regime anterior – dá sinais de falta de saúde. Assumamos esta realidade e as nossas responsabilidades, pois só assim honraremos os ideais e os valores de Abril. Não chega enunciá-los e exaltá-los uma vez por ano. É necessário que as práticas do dia-a-dia os ilustrem e honrem.

Esperemos que a entrada nos “entos” da democracia portuguesa, que hoje comemoramos, lhe traga, como parece acontecer com as pessoas, a serenidade e a maturidade indispensáveis às transformações que o País necessita e exige, para que possamos oferecer às nossas crianças e aos nossos jovens um futuro digno, que devolva a Portugal a grandeza que merece.

Esperemos também que a maturidade mostre à democracia portuguesa e aos políticos portugueses que, ao contrário da mulher de César, não importa parecer, mas sim ser!

Obrigada!

A handwritten signature in blue ink, located in the top right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a personal name, possibly "L. J. P." or similar, written in a cursive-like style.

(doc. 6)

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores Deputados Municipais,
Senhora Presidente da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhores Convidados
Senhoras, Senhores

Cumprem-se hoje 40 anos do dia em que o movimento dos capitães libertou Portugal de uma longa ditadura.

Saúdo esses bravos militares, saúdo o movimento do 25 de Abril de 1974 que conquistou para nós o direito de aqui podermos estar, o direito de assinalar esta importante data e podermos fazê-lo em liberdade.

Com uma coragem e determinação sem limites e uma mão cheia de sonhos, nesse 25 de Abril os jovens capitães arriscaram tudo e devolveram a liberdade e a soberania ao povo, desafiando-o a construir o futuro.

Muitos de nós sentiram e puderam então gritar, sem qualquer receio: **Liberdade, igualdade, fraternidade**, (*Liberté, Egalité, Fraternité*)

Desse grito de liberdade nasceu também o poder local democrático.

Com verbas reduzidas mas cuidadosamente aplicadas e o empenho dos autarcas que lutavam e lutam por ideais, foi-se progressivamente garantindo a qualidade de vida às populações.

Rasgaram-se estradas, abriram-se torneiras que passaram a brotar água potável em tantas casas que antes nada tinham, criaram-se redes de saneamento básico.

Uma curiosidade, em Portugal em 1974 só 47% dos alojamentos tinham água canalizada, hoje são 99%.

Surgiram transportes escolares, espaços de cultura, renasceu o espírito associativo e todos se envolveram no desafio do desenvolvimento (um dos três Dês do manifesto do Movimento das Forças Armadas – Democratizar, Descolonizar e Desenvolver). Uma luta por uma vida digna, uma luta constante contra a pobreza, um combate contra os muitos anos de atraso estrutural.

Nasceu o Serviço Nacional de Saúde. Nasceu o direito a que todos tivessem acesso a consultas médicas, cuidados de saúde e medicamentos.

Pelo Serviço Médico à Periferia, tantos e tantos jovens médicos foram colocados em todos os pontos do país.

Quarenta anos depois, o que sentimos?

Não há médicos de família, esvaziam-se unidades de saúde. Habilmente e em nome de uma boa gestão, não sei se contabilística se financeira, estão a matar aos poucos o Serviço Nacional de Saúde.

A recente portaria sobre reorganização hospitalar - nº 82/2014 - que o senhor primeiro-ministro, no debate quinzenal na Assembleia da República confessou não conhecer, se se

vierem a concretizar os seus desígnios, para além de classificar os hospitais do Médio Tejo na mais baixa categoria, vai esvaziar de muito conteúdo os nossos hospitais, vai, por exemplo, determinar que uma mulher que entre na urgência de Abrantes em trabalho de parto, só tenha a possibilidade de ser mãe ... num hospital de Lisboa.

Difícil de imaginar não é? Mas é o que se pode depreender. Abrantes perderá a maternidade e até Lisboa ou a mais curta distância, não existirá nenhuma maternidade.

Por isso não posso deixar de vos dizer que estou, que estamos, que só posso, que só podemos estar muito preocupados.

Tomem a devida nota, por favor: no que toca à Taxa de mortalidade infantil, que em 1974 era de 37,9% e em 2014 é de 3,4% ou que quando a percentagem de partos em estabelecimentos de saúde, em 1974, era de 61% e em 2014 é de 99%, com este planeamento em que só os números imperam, tudo entrará em retrocesso.

E não falamos de números, falamos de pessoas, pessoas de Portugal que precisam de cuidados de saúde, pessoas que também são da mesma Europa que agora nos oprime, quase nos escraviza.

Podem ser excelentes a construir seguros de saúde, mas não serão nunca bons governantes dos serviços de saúde que o país precisa.

Cortam-se também as pensões de reforma.

Disso resulta a impossibilidade de tantos e tantos idosos deixarem de comprar os medicamentos que lhes aliviarão tanto sofrimento ou de poderem pagar os transportes que os levassem a uma consulta de especialidade a muitos quilómetros de casa, quando tantas vezes nem sequer têm condições de ir de transportes públicos e muito menos sozinhos.

Quantas vezes deixam de ir ao médico para poderem alimentar os netos, porque os filhos estão desempregados e sem esperança.

O desemprego tem crescido de forma assustadora.

Cortam-se os direitos dos trabalhadores.

Os apoios sociais sofrem cortes constantes.

Há muito que na área da saúde deixaram de existir apoios para pessoas em situação de carência que precisam de ir a uma consulta.

As prestações sociais sofrem cortes, as verbas para apoios de acção social são cada vez mais escassas e quase inexistentes.

Cresce o recurso a cantinas sociais, o que significa que as famílias perderam a capacidade de assegurarem a sua sobrevivência.

Estranho estado social este em que vivemos!

Estranhas também estas formas de desenvolvimento!

Senhoras, Senhores

Recordo e recordarei certamente a muitos dos presentes: 25 de Abril de 1974, dia histórico que quebrou as amarras de um povo preso à pobreza e ao conformismo, que em silêncio

sofia pelos filhos que via partir para a guerra, no mais profundo isolamento perante a comunidade internacional.

Com uma coragem e determinação sem limites e uma mão cheia de sonhos, os jovens capitães arriscaram tudo e devolveram a liberdade e a soberania ao povo, desafiando-o a construir o futuro.

Dessa conquista, nascida da coragem daqueles jovens capitães, ficou a liberdade de expressão, o direito à livre opinião.

Estranhamente, neste aniversário tão especial, no espaço que devia ser o expoente máximo da liberdade que nos proporcionaram, a Assembleia da República, esses mesmos capitães que há 40 anos nos devolveram a liberdade e o direito à construção de uma vida com dignidade para todos foram impedidos de falar.

Não podemos deixar de nos interrogar!

As amarras que quebraram há 40 anos estão de novo a surgir e a silenciar as opiniões que possam ser divergentes?

São evidentes os sinais neste caminho de retrocesso que hoje vivemos,

Estranha liberdade aquela em que vivemos!

A 25 de Abril de 1974 os corajosos militares abriram as portas para a liberdade e desenvolvimento.

Hoje o futuro é de incerteza e de uma rigidez financeira que atira com as pessoas e o seu direito à dignidade, ao trabalho, à saúde e à educação para o último dos patamares de preocupação de quem nos governa.

Temo que estejamos num vergnoso caminho de retrocesso.

A Propósito do recente relatório da Comissão Europeia que aponta falta de estratégia a Portugal para o pós-troika e quando, sobre a Europa, há comentadores e analistas políticos que dizem que a Europa não tem estratégia para si própria,

Estando como estamos em Abrantes, não posso deixar de vos fazer um apelo: releiam ou estudem, de novo ou pela primeira vez, se a este propósito for o caso, a História de Portugal.

Talvez não tenha sido por acaso que, por obra do atual governo e a mando de quem nos trata de forma tutorial, o 1º de Dezembro passou a ser só coisa de História, quando ele é, efetivamente, um elemento determinante da nossa nacionalidade.

Relembrando: Em 1640 Portugal, na prática, era como se fosse uma província espanhola, governada de longe. Os que aqui viviam eram obrigados a pagar impostos que ajudavam a custear as despesas do Império Espanhol que também já estava em declínio.

Mas na manhã de 1 de dezembro, cerca de quarenta conjurados sob a batuta do velho D.Miguel de Almeida, um homem de Abrantes, dirigiram-se ao Paço da Ribeira, vencem a

492
F07

resistência da guarda real e reduzem ao silêncio a Duquesa de Mântua, governadora do reino filipino em Portugal.

E não tardou que o “vendido” secretário de estado Miguel de Vasconcelos, que era o símbolo do ódio que os portugueses votavam a Castela, fosse encontrado escondido num armário de papéis, morto a tiro e lançado pela varanda.

Gritou-se, Liberdade! Liberdade! e é proclamada a realeza do duque de Bragança.

O dia 1 de Dezembro marca a Restauração da Independência, pondo fim aos 60 anos de reinado espanhol.

Será uma mera curiosidade para alguns, mas uma eterna realidade. Não fora esta revolução e, talvez, Portugal hoje não existisse como nação.

Voltando aos dias de hoje, e ao espírito da histórica data que hoje assinalamos, Temo pela qualidade da democracia hoje praticada e vivida em Portugal, mas comungo da opinião de que “a pior democracia é preferível à melhor das ditaduras”, porque em democracia, o povo tem o direito e o dever de pelo voto, manifestar a sua vontade em apoio ou oposição, àqueles que entende melhor poderem cuidar dos destinos da coisa pública.

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores Deputados Municipais,
Senhora Presidente da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhores Convidados
Senhoras, Senhores

Não temos nas nossas mãos as soluções para todos os problemas do mundo, mas diante de todos os problemas do mundo, temos as nossas mãos.

Permitam-me que vos faça um pedido:
É necessário cumprir o sonho dos corajosos Capitães de Abril.
Cabe-nos a nós lutar por isso!

Viva o 25 de Abril, viva o Portugal democrático, livre e independente.

António Mor
PS_Abrantes
25Abril2014

(doc. 7)

1. Contamo-nos e contam-nos histórias

- De ditadores, de prisões, de resistentes, de capitães.
- Muitos de nós teremos e contamos as nossas histórias.
- Mas contam-nos hoje outra história: a da inevitabilidade.

Sermos pobres, termos menos educação, saúde, justiça, até administração fiscal ...

- Por causa de outra história: de que vivemos acima das nossas possibilidades e temos que pagar por isso. Carregar a cruz até ao cimo e beber o vinagre até ao fim.

Estas são as histórias desta época ...

2. Mas há uma história que não nos contam ...

- a do crescimento das desigualdades
- a de como o crescimento das desigualdades da repartição e no acesso à riqueza ameaça a democracia nos seus fundamentos
- a de como as políticas austeritárias só o são para o povo.
- a de como as políticas austeritárias enriquecem brutalmente os mais ricos e os mais ricos dos mais ricos.
- a de como, nas últimas décadas, a hegemonia exclusiva do capital financeiro criou laboriosamente uma máquina baseada num efeito generalizado de capilaridade que movimenta o dinheiro de baixo para cima, dos médios e pobres para os ricos.
- a de como a “bancarização” do sistema (sim, antes os bancos prestavam serviços aos cidadãos e à economia, agora os cidadãos e a economia trabalham para alimentar os bancos e as grandes financeiras...) criou um sistema de vasos comunicantes invertido: em vez da tendência para o equilíbrio um sistema subtil de pressões faz o dinheiro subir para os grandes donos do capital)
- a história de como se montou um sistema (que capturou os estados e aprisionou como reféns os grandes decisores – que dessa captura também, em geral, são beneficiários) que permite que os benefícios de capital sejam sempre maiores que as taxas de crescimento da economia real.

- a história de como a economia real só existe para ser sugada pelo capital financeiro.

(NOTA: onde estão aqueles que antes se designavam por “os capitães da indústria”? Hoje parece só haver banqueiros, financeiros, corretores, bolsas, tecno e tecnoburocratas --- e as fábricas são tratadas como papel: compram-se e vendem-se, agregam-se e desagregam-se localizam-se e deslocalizam-se como se fossem meros produtos financeiros ...)

- esta é a parte da história que não nos contam.
- preferem ocultá-la com a poeira da história da inevitabilidade, e da inevitabilidade por nossa única e exclusiva culpa: andámos a viver à grande e agora pagamos por isso.

3. Por isso hoje também é a altura de denunciarmos tais inevitabilidades.

Intelectual e politicamente: fazer a crítica e desconstruir uma ideia perigosa.

O que eles querem é que, assumindo que é inevitável, nos conformemos.

O que eles querem é, esmagados por “não haver alternativa” nos resignemos.

O que eles querem é que nada mais brilhe a não ser a inevitabilidade dos acontecimentos e que esperemos sentados que os acontecimentos aconteçam.

O que eles querem é que todos assumamos uma coisa: há um pensamento único e não há apelo nem recurso!

4. Contemos, pois, outras histórias

A da improbabilidade das coisas, dos acontecimentos, da vida dos povos e da nossa própria ...

Somos uma história feita de improváveis, não de inevitáveis. Somos, a humanidade, uma espécie improvável.

Olhemos para nós, portugueses.

- contam-nos que nascemos de um bando de pastores que, de um modo improvável, resistiu às poderosas legiões do maior império da antiguidade.

- diz quem sabe que começamos com um jovem conde que fora de qualquer previsão, rompe com a mãe e vem por aí abaixo ...

- contam os historiadores que o Mestre de Aviz e o Condestável, depois de Abrantes, se vão colocar em Aljubarrota onde derrotam o praticamente certo ganhador, o exército de Castela.

- ouvimos a história de como um nobre de Abrantes mais um grupo de amigos atiram o amigo do inimigo pela janela fora abrindo caminho à preservação da independência.

- sabemos como um príncipe que via longe e um rei que sabia de estratégia levaram um povo de um milhão por mar até à Índia, construíram um império de tipo novo e abriram caminho ao comércio global.

- conhecemos como Junot e mais dois generais de um dos maiores generais da História não conseguiram subjugar-nos e ficaram, rezam as crónicas, a “ver navios”.

- sabemos como um rei comum fez uma jogada de mestre inteiramente nova no xadrez da defesa mudando a capital do império para que a corte e o poder não fossem aprisionados e subjugados ...

- recordamo-nos, quase todos, como um capitão e os seus amigos puseram pé na estrada e marcharam para Lisboa à procura da liberdade ...

Fomos e somos um país improvável. Entretanto com as fronteiras mais antigas e estáveis da história europeia.

Entretanto correndo mundos e marcando o mundo por todo lado.

Não nos venham pois com a história da inevitabilidade.

Essa não é a história de que somos feitos.

Nem é a história que queremos!

5. A História que queremos é outra história.

A história que Abril abriu.

- A história do Desenvolvimento. Do desenvolvimento económico, social e humano.

Um desenvolvimento que promova uma economia que não seja contra as pessoas, mas uma economia para as pessoas.

Uma economia que não desvalorize o trabalho. Não o reduza à pobreza. Não o explore.

Uma economia onde o trabalho veja reconhecida a sua dignidade, a sua contribuição para o bem-estar social, e encontre o devido reconhecimento.

Uma economia que promova o acesso das pessoas à educação, à saúde, à cultura, à justiça.

Uma economia que crie as condições essenciais para a fruição da liberdade, de qualidade de vida, de esperança no futuro.

Uma economia que seja um efetivo instrumento de coesão social e de progresso das comunidades.

- A história da Democracia. Da valorização da cidadania.

De uma democracia que não nos afaste das decisões sobre o nosso futuro, mas nos chame à participação e ao empenho na construção da nossa vida coletiva.

Uma democracia que saiba que não está feita, de uma vez e para sempre: Uma democracia que saiba evoluir, aprofundar-se, reformar-se, valorizar-se.

E precisamos de revalorizar a representação democrática.

E precisamos de melhorar o nosso sistema eleitoral.

E precisamos de mais rigor e transparência no exercício e funções de representação.

E precisamos de aprofundar os vínculos que legitimam os nossos representantes.

E de maior responsabilidade e responsabilização no exercício dessas funções.

E os partidos políticos, instrumentos essenciais na organização da representação plural e democrática, precisam de entender porque mais de 80% dos cidadãos se dizem descontentes com a sua democracia e ver nisto, uma censura, sim, uma queixa, mas sobretudo um apelo e uma exigência para que se empenhem na sua própria reforma, no aprofundamento e na qualificação da democracia que temos.

Mas, pelo nosso lado, temos que contribuir. Com uma cidadania mais participativa. Com uma cidadania mais exigente. Nas eleições, nas instituições, no trabalho, na rua ...

Democratizar – continua um imperativo de Abril a chamar por nós.

- E depois, a história da Europa.

Dessa coisa improvável que somámos ao que os capitães nos quiseram trazer como nosso horizonte (Desenvolvimento, Democracia) e que transformou o continente, de um permanente campo de batalha num território de paz.

Passamos dificuldades. Temos que fazer tudo para que das ameaças renasça um projeto europeu mais sólido, mais solidário, baseado num jogo riquíssimo de identidades, de diferenças, de complementaridades.

Uma coisa é certa: o caminho não é, como nunca é, andar para trás. O caminho é o que temos que fazer.

E se tudo se globalizou e integrou à escala mundial a Europa continua a ser o grande exemplo do que é preciso fazer: a integração mundial em espaços regionais significativos, a construção de novos poderes e soberanias, de novas identidades e de cidadanias.

A Europa é o nosso horizonte. É o nosso futuro. É onde temos que nos continuar a construir.

Os nacionalismos relançam o seu canto de sereia. Sim, com uma renovada força e os mesmos propósitos. Já sabemos o que é a Europa dos nacionalismos: o século passado mostrou-nos como é: a guerra civil europeia, o extermínio, como disse Anna Arendt – “a banalização do mal”.

Daqui a um mês podemos votar para a Europa. Para os nossos deputados no Parlamento. Para a decisão da presidência da Comissão e da orientação política da União.

Estejamos lá, onde as coisas também se decidem.

6. Finalmente, uma nota.

A democracia não é o regime que nos garante o melhor governo.

Não é. E nem existe tal regime.

A democracia (o pior de todos os regimes, à exceção de todos os outros, como disse Churchill) é apenas o regime que nos permite mudar de governo.

Quando queremos. Se quisermos.

Nelson Carvalho

2014-04-25